

Autoritarismo impera no AM desde a ditadura

Cinquenta anos após o golpe militar, docentes e dirigente sindical relatam a perseguição e o controle exercido pela ditadura militar, dentro e fora da Ufam.
Página 6 e 7



■ IMPRUDÊNCIA

Excesso de velocidade puxa "alta" de acidentes de trânsito na Ufam

Número de ocorrências aumentou consideravelmente entre 2012 e 2013. Casos chamam atenção para a necessidade de adoção de medidas de segurança, dizem especialistas. **Página 3**



■ PLEITO

Docentes escolhem diretorias nacional, regional e local, gestão 2014-2016

Marcada para os dias 13 e 14 de maio, a eleição da Adua e do ANDES-SN ocorrerá concomitantemente nas unidades acadêmicas da capital e de fora da sede, para que a categoria escolha seus representantes legais.
Página 5

■ DOCUMENTÁRIOS

Semana audiovisual expõe crimes praticados pelo regime militar

Página 11

■ ENTREVISTA

CCAM apresenta balanço positivo após sete meses de atuação

Página 9

A greve histórica deflagrada em 2012 teve propósitos claros e bem definidos na luta pela implantação de um Plano de Carreira que contemplasse a valorização do trabalho docente e melhoria nas condições de trabalho, deteriorada, notadamente, com a implantação do Reuni. O ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais, após amplo debate, apresentou uma pauta ao governo tratando da carreira docente e das condições de trabalho. Ainda que o movimento tenha forçado a abertura de negociação, não houve disposição por parte do governo em acolher a proposta defendida pela esmagadora maioria dos professores, fechado um acordo com os pelegos de plantão. Dois anos depois e apesar dos permanentes reclamos da categoria, as contradições no âmbito universitário local e nacional se agudizaram. A desestruturção da carreira se aprofundou com a aprovação da Lei 12772 de 28/12/2012 e as medidas provisórias posteriores. O aumento salarial propagandeado pelo governo demonstrou-se incapaz de compensar a inflação acumulada desde 2010,

como demonstra estudo do DIEESE de 2014, em que fica evidente que, mesmo se antecipando a parcela de 2015, os reajustes concedidos aos docentes não asseguram ganhos reais para a categoria. Além disso, as precárias condições de trabalho agravam-se cada vez mais, levando docentes e técnicos ao adoecimento. Considerando que o orçamento federal continua destinando 45% dos recursos públicos para o pagamento da dívida e acrescentando-se o aumento de gastos com os grandes eventos, podemos assinalar que a precarização da universidade pública irá se aprofundar. Esses problemas se refletem claramente na perda sistemática dos mais elementares direitos sociais e trabalhistas como: férias para os que se encontram afastados para capacitação; contagem especial dos anos para aposentadoria no caso da insalubridade; quebra da isonomia entre ativos e aposentados. Por sua vez, na UFAM, o aumento do investimento na infraestrutura dos últimos anos, fato inegável, se contrapõe ao ataque do governo federal à autonomia universitária

em termos acadêmicos, pedagógicos, financeiros e patrimoniais e levam a administração da universidade a ter que complementar os poucos recursos financeiros através de emendas parlamentares ou recorrer às esferas estaduais e municipais para garantir a realização de serviços básicos, como o da estrada do campus, ao melhor estilo anos noventa, quando o governo estadual arcava com essas contas. É possível desenvolver uma política universitária autônoma frente a partidos políticos e poderes fáticos nestas condições? É possível estimular o espírito crítico nos discentes quando mendigamos recursos para o funcionamento da instituição, bem como complementação salarial? Portanto, na atual conjuntura consideramos necessário fortalecer a mobilização da categoria docente para reafirmar nossas bandeiras históricas por uma carreira decente e melhores condições de trabalho, manifestar nosso apoio aos servidores técnico-administrativos, em greve desde março de 2014, e aglutinar forças para pressionar o governo a redefinir suas prioridades.

Notas

Dia da mulher

Marcado pelo Dia Internacional da Mulher, o dia 8 de março foi palco de manifestações, denúncias e reivindicações em praticamente todas as capitais brasileiras. O crescimento do número de casos de violência contra a mulher, levando em conta que a cada dois minutos uma mulher é espancada no Brasil, foi objeto de questionamento do Movimento Mulheres em Luta (MML). A falta de proteção efetiva às vítimas de violência doméstica, uma vez que a Lei Maria Penha não contempla as necessidades das mulheres, também foi criticada. Os presentes cobraram mais centros de referência, casas-abrigo, delegacias de mulheres, juizados especializados e mais recursos. Em São Paulo, cerca de duas mil pessoas marcharam pela Avenida Paulista entoando músicas contra o machismo. No Rio de Janeiro, o ato tomou as ruas da Lapa com a cor lilás. Em média, 15 mulheres morrem por dia, no país. Em 2012, mais de 50 mil estupros foram registrados.

HUGV

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal para que a União e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) cumpram suas obrigações básicas com o Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), adotando medidas para o regular funcionamento da unidade. Entre as recomendações consta a aquisição de novos aparelhos de exames clínicos, manutenção e aumento do número de cirurgias e do tratamento da hemodiálise, correção das irregularidades na estrutura funcional e predial e a regularização do fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde. A ação, proposta após inspeção realizada pelo MPF/AM no hospital, em janeiro deste ano, foi motivada por ofício enviado ao órgão pelo próprio HUGV, o qual informa o cancelamento de cirurgias e internações, por falta de orçamento para compra de medicamentos e produtos essenciais e até mesmo pagamentos dos serviços básicos. No pedido, o MPF/AM afirma

que durante a inspeção um quadro geral de precariedade, imprevisto, severas carências e problemas generalizados e antigos foi constatado. Irregularidades, segundo a entidade, que persistem há pelo menos dez anos.

Precarização

Levantamento feito pelo Valor Econômico junto ao Ministério da Educação (MEC), em março deste ano, aponta que os universitários beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) já somam 31% do total das matrículas no sistema privado de ensino superior. O percentual representa 1,66 milhão de alunos de um total de 5,34 milhões fazendo cursos presenciais em instituições particulares em 2013. Em 2010, a participação das duas políticas públicas sobre o total de vagas era de apenas 11%, três vezes menor que a proporção atual. Nos últimos três anos, o peso do Fies em relação ao total de matrículas subiu de 4,5% para 21,5%. No mesmo período, o peso das bolsas do Prouni oferecidas pelas institui-

ções particulares a jovens de baixa renda em troca de renúncia tributária permaneceu estável na casa dos 9,5%. Enquanto o governo usa recursos públicos para fomentar instituições privadas, a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade fica relegada a segundo plano!

Segurança

Mais de 200 estudantes da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA) fecharam a Avenida Perimetral, por aproximadamente duas horas, no último dia 8 de abril, em protesto aos constantes assaltos ocorridos nas proximidades da instituição, gerando medo e insegurança entre os jovens. Docentes, alunos e representantes da comunidade atribuíram o aumento da criminalidade no local à interdição da avenida para as obras de duplicação. Empunhando cartazes exigindo segurança pública e denunciando o descaso do governo e da prefeitura com a situação, os estudantes cantaram palavras de ordem e bloquearam a passagem de veículos.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (Presidente), Rafael Bellan de Souza (Vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2ª secretária) e Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

■ “Veloze e Furiosos”

Número de acidentes de trânsito na Ufam aumenta 360% em 2013

Foto: Divulgação/G1AM

Pista vazia, tráfego leve e sensação de liberdade. Elementos característicos da estrada que liga o portal de entrada da sede da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ao setor norte da instituição poderiam compor perfeitamente o “set” de filmagens de mais um longa da série “Veloze e Furiosos” – franquia americana que caiu no gosto popular. Mas, esse tripé também é o cenário de um “roteiro” que tem desagradado a comunidade acadêmica: o aumento no número de acidentes de trânsito na universidade.

De janeiro a dezembro de 2013, foram registradas 32 ocorrências, entre batidas leves até acidentes mais graves, praticamente três casos por mês, um acréscimo de aproximadamente 360% em comparação ao mesmo período de 2012, quando foram notificados sete casos. Os dados fazem parte dos relatórios da Divisão de Segurança do Campus Universitário.

“Esse é um dado preocupante porque nós estamos na iminência de uma tragédia com vítimas fatais na estrada do Campus”, prevê o diretor da Divisão de Segurança, Américo Siqueira, servidor da instituição há quase 30 anos. O prognóstico negativo do diretor leva em consideração o aumento expressivo de casos nos últimos anos, tão rápido quanto alguns motoristas que usam a via. “É comum os condutores passarem na pista numa faixa de 80km por hora, o dobro da velocidade permitida”, lamenta o servidor.

Na avaliação do diretor, a imprudência dos condutores, somada à negligência e excesso de velocidade, é um dos principais responsáveis pela alta na quantidade de acidentes. “Muitas pessoas não se conscientizam do perigo que oferecem para a comunidade em geral e também para a fauna, quando dirigem sem cautela”, disse. Para ele, tal comportamento exige a realização permanente de campanhas sobre trânsito seguro.

Fazendo coro com Siqueira, o chefe do Departamento de Geografia da Ufam, professor Marcos Castro, disse que a imprudência é fator predominante, considerando que as vias do campus não são de tráfego intenso. “O condutor pode ter aqui a falsa sensação de liberdade, em virtude da ausência de obstáculos ao longo da via. Com isso, muitos acabam extrapolando



Imprudência é uma das principais causas de acidentes na Ufam, segundo relatório da Divisão de Segurança

Foto: Anderson Vasconcelos



Docente afirma que falta “vontade política” para enfrentar o problema

os limites de velocidade”, afirmou o mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Apesar de considerar que a tomada de atitudes perigosas no trânsito não tem relação com falta de conhecimento, Castro avalia que é essencial investir em campanhas de sensibilização da comunidade acadêmica. “Além de respeitar a legislação, essa é uma atitude que pode ajudar a preservar a vida do próprio condutor, de ciclistas e de pedestres”, pondera o professor, destacando também a presença de animais na estrada do campus.

Para o doutor em Ciências em Engenharia de Transportes pelo Programa de Engenharia de Transporte da COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro e também docente do Departamento de Geografia da Ufam, professor Geraldo Alves, além do crescimen-

to no número de automóveis que acessam o campus da instituição, em função da política de transporte urbano adotada em Manaus – e no país, em geral – e o forte lobby da indústria automobilística, essas ocorrências são impulsionadas por outros fatores indutores.

Geraldo destaca que a universidade é um “polo gerador de viagens” também para expressiva parcela jovem da comunidade, em geral inexperiente. “São jovens que acabaram recente o ensino médio, retiraram a carteira de habilitação, foram aprovados na universidade e, em alguns casos, receberam como presente da família um automóvel”.

Mas, ele ressalta que o envolvimento de jovens em acidentes de trânsito não é exclusivo da Ufam. Em todo o país, as ocorrências dessa natureza têm maior incidência na faixa etária de 19 a 34 anos. “Na verdade, essa predominância é mundial”, amplia o professor, cuja pesquisa de doutorado analisou os aspectos relacionados à circulação e aos acidentes de trânsito em Manaus, ocorridos de 2000 a 2006.

Alves inclui ainda a estrutura viária da Ufam como um componente potencial para acidentes de trânsito na universidade. “O campus tem vias bastante sinuosas e alguns trechos com qualidade do revestimento asfáltico ruim. Mas, principalmente, a sinuosidade das vias, com subidas e descidas, pode surpreender o motorista menos ex-

periente e mais afoito”, alerta.

Ausência de política

Ele acrescenta que medidas práticas na pista poderiam contribuir para a redução do risco de acidentes. “Concretamente, a universidade deveria adotar redutor de velocidade em certos trechos, a exemplo de lombadas, e proteger essas áreas em que a via contorna desfiladeiros, com muretas ou defensas metálicas”, disse o professor, levantando preocupação, sobretudo, com o trecho da estrada do setor Norte que dá acesso à reitoria e a algumas unidades acadêmicas, onde há um desfiladeiro de aproximadamente dez metros. “Um ônibus que perca ali o freio ou a direção, pode gerar muitas vítimas”, prevê. “Melhor seja que não precisemos de uma desgraça para tomar medidas”, completou.

Na tese, o docente constatou que há uma fragilidade nos dados e também falta de zelo do poder público no trato da questão, o que se repete na universidade. Para Alves, não faltam mecanismos, mas vontade política. “Não há uma política que a Ufam adote em relação à mobilidade dentro do campus. Ela simplesmente abre sua principal entrada e deixa que as pessoas usem as vias de circulação do jeito que lhe interessar”, critica o professor doutor.

A instituição deveria chamar para si a responsabilidade e pensar criticamente numa alternativa



diferente da equivocada política de mobilidade urbana brasileira, que supervaloriza o automóvel e dá pouca atenção ao transporte público e aos modos não motorizados de deslocamento, como a caminhada e ciclismo. “Aqui [Ufam] é uma reprodução do que temos lá fora”, disse.

A reportagem procurou a administração superior da Ufam para saber se a instituição possui alguma política ou ações permanentes relacionadas ao trânsito seguro na sede e demais unidades e também se estão previstas medidas para melhorar as condições das vias. Por meio da Assessoria de Comunicação, a reitoria se limitou a informar que a Prefeitura do Campus possui na agenda um projeto para sinalização na estrada do campus e que está em andamento, desde o dia 13 de fevereiro, o trabalho de sinalização de vagas destinadas a idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos estacionamentos da universidade.

No início do mês de abril, a reportagem também entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM), por meio da Assessoria de Comunicação, para obter as estatísticas da Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito (Deat), mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

■ Paralisação Geral

Greve dos técnicos da Ufam completa um mês e segue sem negociação

Foto: Anderson Vasconcelos

Depois de 38 anos de serviço público prestado na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e com a portaria de aposentadoria publicada no dia 10 de março deste ano, o técnico-administrativo Luiz Augusto Medeiros, 68, não teria mais motivos para preocupar-se com o futuro da instituição e os rumos da categoria. Mas, como um homem que não foge à luta, ele resolveu “emprestar” sua experiência e unir-se a outros trabalhadores da universidade em mais uma greve dos servidores da Ufam, a terceira nos últimos quatro anos.

“Sempre tive o ideal de defender a categoria e manter de pé a bandeira do movimento”, orgulha-se o aposentado, que dedicou 38 anos, oito meses e dez dias à instituição – ele fez questão de destacar –, grande parte desse período nas atividades da Prefeitura do Campus Universitário. Luiz afirma já ter sentido no “bolso” o impacto financeiro da recente mudança. “Com a aposentadoria, perdi parte do meu rendimento”, disse, acrescentando que a situação tende a ser pior para os recém-ingressos. “O governo só tem coisas desagradáveis para nós!”.

Luiz não recorda o número de greves a que aderiu. Afirma ter participado de todos os movimentos paredistas deflagrados na universidade. Mas, para ele e outros servidores tão experientes quanto o aposentado, esta paralisação tem uma força considerada especial para os militantes: a participação da categoria, que tem sido mais intensa em comparação às greves anteriores, apesar da indisposição do governo para negociar com a categoria.

De acordo com dados repassados pelo Comando Local de Greve (CLG), a média de participação na instância deliberativa da categoria é de 154 servidores, consideradas as nove assembleias gerais realizadas pelos técnico-administrativos no primeiro mês do movimento paredista, completo no dia 17 de abril. Até aquele momento, a AG com maior número de participantes contou com 180 servidores, no dia 20 de março, no Hall da Faculdade de

Ciências Agrárias.

“Pela primeira vez tivemos a participação de técnicos-administrativos de todas as unidades acadêmicas e administrativas da Ufam em uma atividade inicial de greve. Isso é muito positivo, pois mostra que o movimento começou forte e as pessoas estão ansiosas pelo atendimento a uma pauta que está sendo negociada desde 2005, mas que não avança por parte do governo”, avaliou a coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintessam), Crizolda Araújo. Para ela, chegou a hora de “dar um basta a essa situação”.

No Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA), em Humaitá, dos 30 técnico-administrativos, 28 servidores aderiram ao movimento paredista. Servidora da Ufam desde 2007, a técnica-administrativa Cristiane Martins ressaltou que, naquela unidade acadêmica, a paralisação das atividades ocorre desde o dia de deflagração da greve na sede, liderada pelo Sintessam.

No IEAA estão funcionando apenas os serviços considerados essenciais. “Apenas os serviços de fisioterapia, psicologia e a emissão de nada consta por parte da biblioteca estão sendo realizados normalmente. Fizemos uma reunião e entregamos a ata para o diretor da unidade justamente para que ficassem claros quais os serviços serão mantidos”, frisou Cristiane.

Incluída ao quadro de técnico-administrativos da Universidade em fevereiro deste ano, a servidora Gisele Carvalho afirma que, apesar da categoria que atua no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), de Itacoatiara, ter aderido à greve apenas no último dia 20 de março, a postura em Itacoatiara é de buscar constantemente informações com o Comando de Greve da capital. O objetivo é não perder a sintonia com as medidas adotadas em Manaus. Na unidade acadêmica, a realização de matrícula dos aprovados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi mantida em caráter de essencialidade.

Segundo Gisele, servidores que aderiram à greve têm recebido e-mails de coordenadores solicitando comparecimento ao posto de trabalho, o que contraria o direito de greve assegurado pela Constituição Federal. “Os coordenadores pedem que o servidor se apresente ou que agende um dia para ir lá, mesmo sabendo que o técnico-administra-



Categoria deflagrou movimento paredista no dia 17 de março

tivo aderiu à paralisação”, afirmou.

Desde o dia 17 de março, a categoria engendra esforços para ampliar a participação dos servidores no movimento, com adesão de mais trabalhadores da instituição, dando sentido ao caráter da greve por tempo indeterminado aprovado pelos técnicos: esvaziamento do local de trabalho e presença nas atividades de mobilização. Foram mantidas apenas as atividades consideradas essenciais, isto é, que ensejam algum tipo de risco à vida e ao patrimônio público caso não

fora do país para incentivo à capacitação.

Ainda no campo da qualificação, os servidores solicitam o aproveitamento de disciplinas de pós-graduação para pleitear progressão por capacitação profissional; e turnos contínuos com jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial, com intuito de manter a universidade funcionando nos períodos da manhã, tarde e noite.

Além disso, os servidores pedem a revogação da lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e delegou à empresa público-privada a gestão dos hospitais universitários; o fim da perseguição e criminalização dos movimentos sociais e sindicais; construção e reestruturação das creches nas universidades para seus trabalhadores sem municipalização; bem como o cumprimento integral do acordo firmado ao fim da greve de 2012.

No eixo geral da pauta dos trabalhadores, consta ainda a definição da data-base em 1º de maio, negociação coletiva e a liberação para o exercício do mandato classista, além de uma política permanente de reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

Localmente, os técnicos também lutam por melhores condições de trabalho na Ufam. “A universidade está precarizada e o que apresentado pelo governo como parte da negociação foi uma agressão. A greve nesse momento é o único instrumento que temos, já que o governo não cumpriu nada. A luta está posta, pois é inaceitável que se perpetue o assédio moral contra a nossa categoria em todos os sentidos”, disse um dos integrantes da Coordenação Geral do Sintessam e membro do CLG, Carlos Almeida.

ASSEMBLEIAS DE GREVE - 2014

Data	Nº de Participantes
17/03/2014	175
20/03/2014	180
25/03/2014	184
27/03/2014	72
01/04/2014	174
03/04/2014	148
08/04/2013	143
10/04/2014	157
15/04/2014	154

sejam desempenhadas.

Nesse período também tem sido fundamental o empenho do CLG, formado por mais de 20 nomes e distribuído em quatro comissões (mobilização, imprensa, finanças e ética), para organizar e manter viva a luta.

Reivindicações – A pauta nacional da categoria praticamente repete o eixo de luta das greves imediatamente anteriores, que o governo sequer se dispôs a negociar. Os trabalhadores reivindicam o aprimoramento da carreira, com piso inicial de três salários mínimos e step de 5% (com base no acúmulo histórico da categoria); ascensão funcional; e reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado realizados

CLG convoca grevistas a combaterem ameaças

Um dos casos que vem sendo denunciado com frequência, a cada assembleia realizada pela categoria, são possíveis ameaças e assédio moral praticados com o objetivo de impedir a adesão ou permanência de novos servidores ao movimento. Para combater tais práticas o Sintessam convoca os grevistas a relataram essas situações ao CLG, instalado na sede do Conselho Interno de Supervisão (CIS), no setor sul do Campus Universitário.

“Os gestores da Ufam não podem fazer ameaças ou apontar faltas ao servidor em greve. A greve é um direito público consagrado na Constituição Federal a todos os trabalhadores brasileiros, incluindo os servidores públicos, independente de sua condição contratual”, afirmou a coordenadora geral do Sintessam, Crizolda Araújo. Ela também cita a manifestação do próprio Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, que aprovou, no dia 25 de março, uma moção de apoio ao movimento paredista da categoria, acatando a proposta feita pelo CLG.

“Declaramos nosso apoio e solidariedade à luta dos técnicos, mesmo os docentes não tendo aderido à greve, o que não significa que sejamos contrários ao movimento dos companheiros”, disse o presidente da Adua, professor José Belizario. O docente destaca que o princípio básico na democracia e na luta sindical “é o respeito a cada categoria, que é autônoma para tomar as suas decisões”.

A Reitoria da Ufam informou, por meio da Assessoria de Comunicação, que não tomou conhecimento, até o momento, sobre qualquer caso dessa natureza e orienta que os servidores em questão formalizem as denúncias para apuração dos fatos.

Ao todo, a Ufam dispõe de 3.021 técnico-administrativos, já inclusos nesse quantitativo aproximadamente 700 servidores que tomaram posse nos últimos três anos, de acordo com dados do Departamento de Recursos Humanos da instituição.

Últimas greves da categoria

Ano	Duração
2011	120 dias
2012	100 dias
2014	1 mês*

* Completo no dia 17 de abril

■ Eleições

Sindicalizados da ADUA vão às urnas nos dias 13 e 14 de maio

Foto: Anderson Vasconcelos

Mais de 900 professores da Universidade Federal do Amazonas, filiados à ADUA, estão aptos a comparecerem às urnas nos dias 13 e 14 de maio para eleger a nova diretoria da seção sindical, gestão 2014-2016. No mesmo pleito, que ocorrerá nas unidades acadêmicas da capital e de fora da sede, a categoria vai escolher também a composição da direção do ANDES-SN, para o mesmo período de gestão. Há mais de uma década as eleições para a diretoria local e nacional não ocorrem concomitantemente.

“É importante que todos os sindicalizados participem, pois a Adua é que representa legalmente a categoria e, em âmbito nacional, o Andes-SN, ambos na defesa dos direitos dos professores e ainda na luta pela melhoria da educação superior pública, de qualidade e socialmente referenciada”, afirmou o presidente da Adua, José Belizario, que, junto com as professoras Patrícia Sampaio e Ana Cristina Fernandes, integra a Comissão Eleitoral Central (CEC).

Em âmbito local, a única concorrente é a chapa “ADUA AUTÔNOMA: RESISTÊNCIA E LUTA” (confira nominata na tabela), que efetuou a inscrição na manhã de encerramento do prazo de candidatura, no dia 14 de abril. A expectativa da CEC era que, diferentes das eleições anteriores, mais de uma chapa participasse da disputa local, mas até o prazo de candidatura de chapa somente uma compareceu.

“O processo democrático, com mais de uma chapa concorrendo, poderia estimular mais participação, organização e mobilização dos professores para que o pleito fosse mais enriquecido”, disse, acrescentando que a Comissão está tomando todas as providências para que o pleito seja realizado sem intercorrências.

Eleição do ANDES-SN

Já a nível nacional, a homologação da única inscrita ao processo eleitoral ocorreu



Professores terão dois dias para escolher nova diretoria da seção sindical e do ANDES-SN, gestão 2014-2016

no dia 19 de março. A chapa “ANDES-SN – DE LUTA E PELA BASE” é composta por 83 nomes, sendo 11 para a diretoria nacional e seis para a composição de cada uma das 12 regionais que integram o Sindicato Nacional.

Entre os candidatos (confira a nominata na tabela), está o professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina, concorrendo ao cargo de presidente. Já a atual presidente do ANDES-SN, professora Marinalva Oliveira, da Universidade Federal do Amapá, concorre a 1ª vice-presidente do Sindicato Nacional. Na composição da diretoria nacional aparece também o professor Jacob Paiva, da Ufam, candidato ao cargo de 1º secretário. Outros dois docentes da Ufam, Antônio José Vale da Costa e Marcelo Mario Vallina, concorrem aos cargos de 1º vice-presidente e 1º tesoureiro, respectivamente, pela Regional Norte 1.

Voto direto e secreto

As eleições acontecerão por votação direta e secreta. Podem exercer o direito ao voto, os professores sindicalizados até o dia 14 de março e em dia com as contribuições sindicais, de acordo com o Regimento Eleitoral. Ao todo serão 13 urnas – duas a mais que o último pleito –, sendo oito na capital e cinco nas unidades acadêmicas fora

da sede (confira na tabela). Em todas elas, o pleito será aberto às 10h. Naquelas que funcionam em três turnos, as eleições encerrarão às 20h. Nas demais, as urnas ficarão abertas até às 17h.

De acordo com a professora Ana Cristina Fernandes, uma das integrantes da CEC, o processo eleitoral deste ano terá novidades. “A primeira será a participação de docentes de uma nova unidade acadêmica da Ufam, o Instituto de Computação, criado há menos de dois anos. Os professores do Icomp vão votar em uma urna que contempla também as Faculdades de Direito e de Tecnologia e ainda o Instituto de Ciências Exatas”, afirmou.

“A outra é a instalação de uma urna no prédio da Reitoria, para os docentes que atuam junto à Administração Superior, evitando assim deslocamentos para suas unidades acadêmicas de origem”, acrescentou a integrante da Comissão Eleitoral. Já os professores aposentados terão à disposição uma urna na sede da Adua. “A Comissão está tomando todas as providências para que o pleito seja realizado sem intercorrências”, completou.

Na avaliação de Ana Cristina, as diversas categorias do serviço público federal enfrentam forte crise. “Há períodos de ampla participação e períodos de refluxo. Na eleição

CONFIRA O CALENDÁRIO ELEITORAL

Período de inscrição: Encerrado em 14/04/14
Período de campanha eleitoral: 15/04 a 12/05/14
Eleições: 13 e 14 de maio

PLEITO DO ANDES-SN CHAPA 1 - ANDES-SN DE LUTA E PELA BASE Diretoria Executiva Nacional

Cargo	Nome
Presidente	Paulo Marcos Borges Rizzo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)
1ª Vice-Presidente	Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP)
2ª Vice-Presidente	Epitácio Macário Moura (SINDUECE)
3ª Vice-Presidente	Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS)
Secretária Geral	Cláudia March Frota de Souza (ADUFF)
1º Secretário	Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)
2º Secretário	Fausto Camargo Junior (SINDCEFET-MG)
3º Secretário	Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)
1º Tesoureiro	Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)
2º Tesoureiro	Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI)
3º Tesoureiro	Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ)

Regional Norte I

1ª Vice-Presidente	Antônio José Vale da Costa (ADUA)
2ª Vice-Presidente	Vânia Graciele Kowalczyk (SESDEF-RR)
1ª Secretária	Laurinete Rodrigues da Silva (SINDUERR)
2º Secretário	Moisés Silveira Lobão (ADUFAC)
1º Tesoureiro	Marcelo Mario Vallina (ADUA)
2º Tesoureiro	Otino José de Araújo Freitas (ADUNIR)

*Confira a lista completa no site do ANDES-SN

PLEITO DA ADUA CHAPA ÚNICA - ADUA AUTÔNOMA: RESISTÊNCIA E LUTA

Presidente
José Alcimar de
Oliveira (ICHL)



1º Vice-presidente
Lino João Neves
(ICHL)



2º Vice-presidente
Aldair de Andrade
(IEAA/Humaitá)



1ª Secretária
Ana Lúcia Gomes
(ICB)



2º Secretário
Antônio Batista (FCF)



1º Tesoureiro
José Humberto
Michiles (FES)



2ª Tesoureira
Ana Cristina
Belarmino (FCA)

ção passada, a mobilização foi maior em virtude da greve, quando a aproximação com a base da categoria era mais intensa. Houve inclusive reaproximação de filiados que há muito tempo não participavam das atividades do sindicato”, disse a professora, acrescentando que a seção sindical vive momento distinto daquele de dois anos atrás.

De acordo com o calendário divulgado pela CEC, o pleito reúne etapas previstas para ocorrer em um prazo de aproximadamente 50 dias. Passado o prazo de inscrição das chapas, o período de campanha segue até 12 de maio, ou seja, os candidatos têm cerca de um mês para dar ampla divulgação das propostas e conquistar o apoio dos eleitores.

■ 50 ANOS DEPOIS

Autoritarismo dos 'Anos de Chumbo' permanece, segundo docentes e d

Foto: Arquivo Pessoal/Aloysio Nogueira

No último dia 31 de março, o Brasil relembrou não com cunho festivo, mas reflexivo, os 50 anos do Golpe Militar de 1964. Durante os 21 anos de autoritarismo, torturas e perseguições, milhares de pessoas lutaram para que a democracia não sucumbisse em meio à intolerância. No Amazonas, assim como nos demais Estados, diferente do que muitos pensam, a violação de direitos e o medo também fizeram parte da vida da população, durante os anos de chumbo.

Filho de comerciante e docente aposentado da Faculdade de Estudos Sociais (FES), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), José Humberto Michiles conta que a sondagem ao pai por um investigador de polícia, no bar da família, sobre sua atuação como militante da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (Uesa) foi um dos primeiros impactos diretos com o mecanismo de controle instalado, em Manaus, durante a ditadura militar.

“Na época, meu pai tinha um comércio na rua Saldanha Marinho com a rua Barroso, muito frequentado por delegados e investigadores. E um dia, meu pai me chamou e disse que um investigador de polícia frequentador do bar, foi perguntando meio que informalmente sobre o filho que fazia parte do movimento estudantil secundarista. Entre os questionamentos, ele queria saber o meu nome e o que eu fazia no movimento, ou seja o objetivo era sondar”, disse, ressaltando que, na época, com apenas 19 anos de idade, não tinha muita consciência dos riscos a que estava exposto.

Universitário do curso de Contabilidade da Ufam, Michiles afirma que presenciou ao longo dos anos de repressão, estudantes hospedados em repúblicas e leitores de livros de esquerda como Che Guevara, Mao Tsé-Tung e outras literaturas destoantes à ditadura serem perseguidos, a ponto de terem de jogar fora os livros com medo de serem apanhados.

“Amigos que moravam na Mundurucus, em repúblicas, com medo da perseguição arremessaram livros pela janela”, lembrou.

De acordo com o docente, todos os colegas que participavam de reuniões da Juventude Estudantil Católica (JEC) e que ingressaram na Ação Popular (AP) - movimento nascido dentro da Juventude Universitária Católica (JUC), nos anos de 1959/60, com o objetivo de tomar consciência dos problemas brasileiros, da época - sob a liderança de um professor já aposentado da Universidade foram vítimas de perseguição e controle.

“Eu fazia parte da AP e lembro de ter encontrado esse professor preocupado com a informação de que estavam perseguindo as pessoas que faziam parte desse tipo de movimento. E ele, ao ser procurado por mim, fugiu da responsabilidade. E foi nesse

momento que eu me senti sozinho e percebi o peso do regime, porque se me pegassem não teria quem me defendesse”, afirmou, destacando que se considerava participante do movimento.

O modos operandi velado da censura, segundo o docente, levou todos os militantes da época a se preocuparem em administrar o modo e o conteúdo que se abordava durante as reuniões. Em 1965, já no ambiente universitário, Michiles destaca que a preocupação perpassava inclusive a formação de grupos de conversa nos corredores, porque sempre havia uma pessoa designada para averiguar o assunto abordado nestes momentos.

“O que mais me marcou nesse primeiro momento da ditadura é que não havia nenhuma turma que não tivesse um aluno militar. Na minha turma, por exemplo, eram dois, um oficial e um sargento. Isso marcou muito e acredito que era algo até ex officio, ou seja, passava no vestibular no Rio de Janeiro, era destacado para Manaus como obrigação do cargo”, frisou, destacando que raramente não havia a presença de militares da Marinha, Exército ou Aeronáutica nas salas de aula da Ufam.

Durante os mais de 20 anos de ditadura militar, o docente relata que vivenciou ainda, de forma mais intensa dentro da própria família, a perseguição a dois irmãos que após o ginásio, nos anos de 1968 a 1970, se rebelaram contra o momento autoritário e militaram fortemente no movimento estudantil.

“Esses dois irmãos se mudaram para Brasília, para estudar na Universidade de Brasília (Unb) e sofreram perseguições. Um deles, que hoje é cineasta, depois da aprovação no vestibular, saiu com dois amigos para conhecer o mundo como mochileiro, chegou ao Chile e na volta ao parar em Bogotá, acabou sendo assaltado com os demais ficando todos sem documentação. Só que ao chegar na embaixada, um era filho de político outro filho de embaixador e o meu irmão como não era filho de nenhuma autoridade dessas, o Consulado mandou deixá-lo em Manaus, a cidade mais próxima de onde tinha familiar. Eu providenciei tudo que era necessário para o retorno dele, através de uma passagem via Força Aérea Brasileira (FAB). Só que quando ele chegou em Brasília, ele foi preso porque havia informações de todo o roteiro que ele tinha feito pela América Latina”, contou.

Segundo Michiles, no ato da prisão, livros de esquerda e uma agenda contendo nomes de amigos foram encontrados durante uma revista na mala do irmão, fato que o levou a ficar 22 dias desaparecido, sendo necessária a realização de articulações com políticos e militares amigos da família, na época para que ele fosse liberado.

“Como consequência, essa agenda gerou a prisão de mais de cem amigos do meu



irmão, uma vez que os militares montaram guarda no apartamento dele, em Brasília, e todo mundo que chegava ao local, era preso um por um, inclusive a lavadeira e diarista que prestava serviço para ele e o Enéas Valle e a irmã”, lembrou.

Natural de Manaus, Enéas Valle é plástico formado na Staedel Kunsthochschule de Frankfurt am Main, Alemanha (1980), possui bacharelado em Matemática pela Universidade de Brasília (1972), mestrado em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (1975) e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), além de especialização em Processamento de Dados no Control Data Institut de Berlim, Alemanha (1990). É professor adjunto da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA-UFRJ). Perseguido durante o primeiro ano de seu mestrado com sequestro, prisão por duas semanas e revistas arbitrárias na república estudantil, Valle teve e a bolsa de estudos do doutorado em Análise Matemática cortada sumariamente, entre 1973 e 1977.

Mas se o autoritarismo esteve presente da forma mais visível possível, nos anos de chumbo, no Amazonas, o docente, amarga ainda a frustração pela manutenção do mesmo após a abertura da nova república.

“Eu sinto que hoje, nós temos menos autonomia nas nossas opiniões políticas e nas relações institucionais onde eu convivo e convivi do que na época da ditadura. E isso é uma esquizofrenia, porque na verdade, eu como técnico vivenciei uma relação com a Ufam e o município, como professor e técnico, respectivamente, e hoje eu sinto que na época, eu tinha mais liberdade e autonomia. Hoje, na nossa nova democracia nós temos ditadura dentro dela. Opinião, hoje, nas três esferas de governo, só prevalece a que não discorda da opinião vigente”, criticou, ressaltando que dentro da Universidade, insti-

tuição na qual atuou 46 anos, a destruição da autonomia e da relação aluno/ servidor/ professor/ administração superior é muito cristalina.

Entre os exemplos da opressão e controle sofridos pela comunidade acadêmica, Michiles destaca a falta de autonomia de gestão, com os servidores que exercem, atualmente, o comando de unidades acadêmicas sendo encarados como inimigos pela administração superior, caso não comunguem do discurso da direção maior.

“A pessoa é tida não como adversária, mas como inimigo da gestão, pessoa que quer destruir a instituição, que é incompetente ou não agrega. E isso eu tenho notado com muita clareza, principalmente nesses 12 últimos anos, dentro da universidade”, lamentou.

Para o docente, um dos caminhos para reverter o quadro de usurpação da autonomia dentro do ambiente acadêmico local são mudança de comportamento e a contenção da destruição dos métodos educacionais.

“Isso deve prevalecer muito se nós formos analisar a distorção de personalidade e exigência da gestão de cobrar além do necessário aos seus servidores. Nós vemos muitos professores se queixando da imposição de certos administradores e diretores de unidades em impor, através até de assédio moral, certas condições para a convivência entre professores e alunos. As coisas estão muito ditatoriais”, frisou.

De acordo com o docente, a imposição destas condições aos servidores e colaboradores desempenham inclusive o caminho inverso, fazendo com que uma revolta e uma resistência à obediência do que era considerado normal quando, o mesmo iniciou sua vida dentro da instituição.

“Eu convivi 46 anos na Ufam e vi essa destruição da hierarquia, da disciplina e da compreensão dos problemas dos outros.

...o' no Amazonas Dirigente sindical

Parece que hoje em dia essas coisas estão insensíveis para a administração”, afirmou.

Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Ufam, Selda Vale, afirma que mesmo não morando em Manaus no início da ditadura militar, também sentiu a força do autoritarismo, em 1979, quando o Cineclube desenvolvia a apresentação de filmes e debates no Auditório Zerbini, na Faculdade de Medicina (FM).

“Uma vez o Mourão (então reitor da universidade) me chamou para dizer que ia proibir a exposição. Por duas vezes ele tentou proibir, devido os excessos, conforme ele mesmo dizia”, contou.

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, em 1967, mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1987 e doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela mesma instituição em 1997, Vale afirma que, em 1979, ao retornar para Manaus, chegou a ter os livros apreendidos e, no ano seguinte, as aulas observadas por um agente do Serviço Nacional de Informação (SNI).

“Tinha as aulas, entre 1979 e 1980, acompanhadas pelo Leandro Maia, então informante do SNI dentro da Universidade. Quando eu saía ele dizia, hoje, você se excedeu um pouco”, lembrou, a docente.

Atual membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), Carlos Almeida, conhecido entre a categoria como ‘Carlinhos’, conta que chegou a ter uma arma apontada para a própria cabeça durante um grande movimento de paralisação do Distrito Industrial e do comércio, organizado pela associação dos trabalhadores e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o objetivo de fechar os três únicos acessos ao Pólo Industrial e inviabilizar a chegada das rotas. Na época, pleno período do regime militar, até o presidente do sindicato dos panificadores chegou a ser preso, segundo Almeida.

“Nós fazíamos parte da coordenação e fomos socorrer os colegas no bairro Japiim porque o colega do sindicato dos panificadores já estava sendo preso. Mas quando nós chegamos fomos abordados por policiais militares que apontaram revólveres para as nossas cabeças e começaram a nos acusar de estarmos com miguelitos - ferramenta utilizada para furar pneus - dentro do carro, o que não era verdade. Só não fomos presos devido à chegada imediata do advogado da associação”, relatou.

Segundo Carlinhos, o período ditatorial, no Amazonas, foi um momento de muitos tensionamentos e prisões, tendo sido palco ainda de um quebra-quebra organizado pelo movimento estudantil em prol da redução da passagem no transporte coletivo, em 1986, onde um ônibus foi depredado, em

plena Avenida Constantino Nery.

“Nesse episódio até hoje, não sei como não fui preso, porque os estudantes na euforia começaram a quebrar o ônibus, a polícia chegou e muita gente foi presa. A questão é que na época, havia algumas lideranças que não podiam ser presas, devido a representação social, como por exemplo, a professora Arminda Mourão, filha do então reitor da Ufam, presidente da Assua e membro da Cut, o vereador João Pedro e etc.”, afirmou destacando que a ditadura foi muito forte na capital.

O sindicalista recorda ainda do enfrentamento ocorrido durante a Batalha do Igarapé de Manaus, na qual mais de oito mil pessoas marcharam do Olímpico Clube até o Palácio do Governo e se depararam, nas Avenidas Sete de Setembro com Joaquim Nabuco, com cerca de 200 militares dispostos a reprimir os manifestantes.

“Esses foram três grandes episódios que marcaram a cidade Manaus, mas vários outros fatos internos da universidade também foram muito fortes. Chegou ao ponto, de listas serem afixadas nos elevadores da reitoria com os nomes de quem seria demitido, ou seja, era um verdadeiro terrorismo porque nós éramos celetistas na época. Nós íamos para as assembleias e os bajuladores de quem estava no poder iam para lá nos ameaçar. Meu nome mesmo estava no SNI, eu estive duas vezes na Polícia Federal (PF) e toquei piano (coleta de impressões digitais) lá, porque eu como presidente da Assua, denunciei a situação crítica que estava passando o Ambulatório Araújo Lima”, contou.

Carlinhos destacou ainda que, os impactos da ditadura militar não se deram apenas no âmbito humano, mas principalmente no atraso da cidade no aspecto infraestrutural, com o comércio defasado e ruas centrais da cidade como a Visconde de Porto Alegre sem asfaltamento.

Debate

Aproximadamente 130 pessoas lembraram durante o seminário “Amazônia contra o autoritarismo”, realizado no último dia 28 de março, no Auditório Rio Solimões, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), os atos de violência e opressão física e cultural praticados contra os povos da Amazônia durante a ditadura militar e debateram sobre o autoritarismo ainda vigente na região. O evento foi organizado pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM).

O enfrentamento a um cenário de violações de direitos, no passado e no presente, segundo o procurador da República Julio José Araujo Junior, foi a proposta de debate do encontro.

ARTIGO

Algumas considerações sobre a Ditadura Militar, Civil e Financeira de 1964 no Amazonas



O Estado que emergiu da Ditadura Militar, Civil e Financeira, em 1964, que o professor Octávio Ianni a denominou de a Ditadura do Grande Capital, não vacilou, entre outras iniciativas, em desorganizar a classe trabalhadora, reprimir determinadas lideranças sindicais e intelectuais, e, cooptar os que se mostravam frágeis ideologicamente.

Na verdade, o advento da Ditadura de 64 foi mais um acontecimento que, mutatis mutandis, corresponde a outros patrocinados pelas classes conservadoras deste país, quando se sentem ameaçadas diante da possibilidade da diminuição de seus privilégios econômicos, políticos e sociais. A ditadura de Vargas de 1937 a 1945 é um dos exemplos marcantes desse processo, que teima em dificultar o avanço da construção de uma sociedade solidária no Brasil.

A Ditadura do Grande Capital de 64, portanto, armou-se legal e ideologicamente para impor em todo o território nacional seus objetivos, claramente contrários as reformas de base até então defendidas no pré-64.

No Amazonas, se por um lado as condições políticas de organização e manifestação da classe trabalhadora não ofereceram resistência ao Golpe de Estado de 64, por outro, a chamada classe política muito menos, chegando a utilizar os métodos dos golpistas para cassar seus próprios pares, a exemplo do que ocorreu com o deputado Arlindo Porto, cassado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e do vereador Manoel Rodrigues, sindicalista da construção civil, cassado pela Câmara dos Vereadores. Para reparar o episódio de Arlindo Porto, a ALE-AM lhe devolveu este ano, simbolicamente, o seu mandato. Entrevistado, Arlindo falou à imprensa: “que ficou na prisão 128 dias no Quartel do São Jorge, juntamente com outros companheiros, como os escritores Aldo Moraes e Letício de Campos Dantas, os trabalhadores Cid Cabral da Silva, Manoel Rodrigues, Belarmino Marreiros, Ernesto Pinto Filho, Padre Luiz Ruas e Amazonino Mendes”.

A Lei de Imprensa de 09 de fevereiro de 1967, que impôs restrições à liberdade dos meios de comunicação, sobretudo aos jornais e revistas, prevendo ainda o direito a censura prévia a livros, revistas e espetáculos, veio limitar ainda mais as condições de ensino e a aprendizagem nas casas e nas escolas do país, particularmente no Amazonas.

Antes de 64, era comum encontramos as mais diversas obras de história, política, economia, arte e outras. Revistas e jornais também. A coleção intitulada História Nova, uma nova análise da História do Brasil, coordenada pelo professor e historiador Nelson Werneck Sobre, distribuída pelo Ministério da

Educação nas escolas brasileiras, seus autores foram severamente punidos.

A Ditadura quando chegava à casa de qualquer pessoa para prendê-la, a primeira ação era confiscar a biblioteca do detido, por pequena que fosse. Um exemplo impar ocorreu com a casa de um militante e dirigente do PC, localizada na Cachoeirinha. Ele não tinha uma biblioteca, apenas. Tinha uma livraria, visto que comercializava livros e revistas da Editorial Vitória. Confiscaram até livros didáticos tradicionais.

Eu perdi uma biblioteca inteira. À medida que os meus companheiros de militância começaram a ter suas casas invadidas e serem presos, enterrei e queimei livros, documentos e jornais.

Alguns companheiros militantes resolveram tomar a decisão de realizar enfrentamento conseqüente com a ditadura, especialmente depois de 68, a partir do Ato Institucional nº 5. Por isso, saíram de Manaus e se engajaram em outras frentes que pegaram em armas. Outros tentaram organizar guerrilha em Manaus e foram duramente reprimidos e presos.

Na Universidade do Amazonas (1966-1969), pude participar de um grupo de universitários que resolveu fundar o Teatro Universitário do Amazonas – TUA. A partir da primeira apresentação da peça “Toda donzela tem um pai que é uma fera” no Teatro Amazonas, Am, e no Teatro Municipal, Acre, o TUA passou a estudar e encenar os trabalhos de Bertold Brecht.

As greves do ABC paulista a partir de 1978 e os movimentos sociais em todo o Brasil, inclusive no Amazonas, o combate a Ditadura se faz mais presente.

No Amazonas, com o rompimento com o velho sindicalismo, sob a direção dos chamados “pelegos” apoiados pela Ditadura, conseguimos com as propostas do novo sindicalismo, conquistar o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus e Fundar a Central Única dos Trabalhadores.

É nesse processo que cinco acontecimentos são de extrema importância: a fundação do sindicato dos professores-SINPRO, da Associação Profissional dos Professores do Amazonas-APP-Am, hoje SINTEAM, Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA, ANDES e o Partido dos Trabalhadores – PT.

Além de eu ter ajudado a construir todas essas entidades acima referidas, fui Presidente da APP-AM de 1979-80, 1980-1981 e 1984-1985; Presidente do PT Regional e Membro do Diretório Nacional 1980-1985.

Enfim, fui Vereador pelo PT em Manaus 1992-1996. E a luta continua por uma sociedade solidária.

Aloysio Nogueira é professor aposentado da Ufam e especialista em História e Historiografia da Amazônia.

Nacional

A ditadura e seus psicopatas de ontem e de hoje

Antônio Lassance

Quem marcha em defesa do golpe é gente que esbofeteia cada um dos milhões de brasileiros que foram privados da liberdade por mais de duas décadas neste país.

A ditadura valeu-se de psicopatas. Assim manifestou-se a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, para expressar o impacto do depoimento prestado por um coronel do Exército à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

O coronel é Paulo Malhões, especialista em tortura e desaparecimento de corpos durante a ditadura instaurada em 1964.

Em seu depoimento, esse guarda dos infernos mostrou como todo o sistema repressivo montado tinha autorização dos ministros das Forças Armadas, que davam as ordens no país - de forma mais absurda e terrorista entre 1968 e 1974.

Os generais, brigadeiros e comandantes não só tomaram conhecimento como ordenaram que os procedimentos ganhassem escala.

Mandaram construir e custear os aparelhos, como a Casa da Morte, em Petrópolis, e comprar os instrumentos de tortura. Trouxeram torturadores de outros países para treinar seus subordinados a usar requintes de crueldade.

Ao fim e ao cabo, condecoraram uma legião de psicopatas com medalhas e outras honrarias

que já deveriam ter sido cassadas.

Onde quer que estejam, e a dúvida é apenas que parte do inferno lhes foi reservada, as mãos e os nomes dos chefes de todos os sádicos permanecerão eternamente tão sujos quanto os dos que decapitaram, arrancaram as arcadas dentárias, deceparam as falanges dos dedos e praticaram tantas outras atrocidades mórbidas com o intuito de desaparecer com corpos de militantes de esquerda que lutavam contra a ditadura.

Cada ministro das Forças Armadas era sempre rigorosamente informado. Todos eles sabiam quem era preso, qual o método empregado e o resultado dos interrogatórios, por meio de relatórios - onde estarão esses relatórios? Quem os terá queimado ou escondido?

Trechos desse depoimento foram publicados pelo jornal O Globo - um veículo que certamente tem muito a dizer sobre aquele período.

O depoimento dado pelo coronel à Comissão Estadual da Verdade do Rio foi, por sua vez, "dado" com exclusividade por alguém dessa Comissão ao referido jornal. Seria bom que a Comissão depois explicasse seu critério de "doação" de informações públicas para o uso exclusivo por uma empresa privada.

De todo modo, diz o coronel:

"Levamos a ideia do CIE para o Burnier (brigadeiro João Paulo Burnier). Ele mostrou para o mi-



nistro (da Aeronáutica, Márcio de Souza Melo), que disse: 'Poxa, que troço! Então funciona'. Aí, fundou o Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. Tanto é que recebi a medalha de Mérito da Aeronáutica. Eu até me senti muito orgulhoso, foi o dia em que eu fiquei mais vaidoso" - disse o coronel.

Os detalhes contados são preciosos:

"O DOI (Destacamento de Informações de Operações) é o primeiro degrau. Você entra ali, voando. Aí, se brutaliza, passa a ser igual aos outros, mas depois vai raciocinando e se estruturando".

"Houve uma mudança da porrada para o choque. Você pode dizer: foi uma mudança ruim - foi não. Não deixava trauma, não deixava marca, não deixava nada. Já foi uma evolução. Aí, você vai caminhando, aprende de outros

lugares, também de outros países, como é feita a coisa. Então, você se torna um outro personagem, um outro cara e, por causa disto, você é guindado a um órgão superior por ser um cara diferente e agir diferente. Tem muito mais amplitude, tem um universo muito maior, aí você se torna um expert em informações."

"Aprendi que um homem que apanha na cara não fala mais nada. Você dá uma bofetada e ele se tranca. Você passa a ser o maior ofensor dele e o maior inimigo dele. A rigidez é o volume de voz, apertar ele psicologicamente, sobre o que ele é, quais são as consequências. Isto sim. Tudo isto é psicológico. Principalmente quando houve outros casos, né? Fulano foi preso e sumiu. Ele não é preso em uma unidade militar, ele vai para um lugar completamente estranho, civil, vamos dizer assim,

uma casa. Ninguém sabe que ele está lá. Não há registro."

Remorso? Nenhum:

"Poxa, não. Só perdi noite de sono estudando [as organizações de esquerda]. Até hoje, estudo."

Até hoje? Bem, talvez hoje o coronel esteja então na reedição da Marcha da Família pela Liberdade, um nome hipócrita para uma reunião pública de defensores de um regime de psicopatas.

Enquanto permanecer existindo um único desaparecido político no país, qualquer um que apoie esse tipo de marcha golpista, seja lá que nome de fantasia ostentar, patrocina um desfile em desrespeito a qualquer família, não só as que choram seus parentes sem lápide.

Os que marcham em defesa do golpe são gente que fede a religião, mas não acredita em Deus - como diria Mário de Andrade.

É gente que esbofeteia cada um dos milhões de brasileiros que foram privados da liberdade por mais de duas décadas neste país.

Que marchem, mas não ousem tocar suas mãos sujas em nossa democracia, nem pisar sobre nossas consciências.

Antonio Lassance é cientista político, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professor de Ciência Política. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartamaior.com.br>.

Internacional

Procuram-se professores

Thomaz Wood Jr.

Assim escreveu Nicholas Kristof, jornalista ganhador de dois prêmios Pulitzer, em uma coluna do New York Times, publicada em 15 de fevereiro: "Alguns dos pensadores mais inteligentes sobre questões domésticas ou do mundo ao redor são professores universitários, mas a maioria deles simplesmente não tem importância nos grandes debates de hoje". O puxão de orelha veio de longe, mas a distância não reduz a pertinência, tampouco o efeito.

O colunista explica que a opinião desses especialistas é frequentemente desconsiderada por ser "acadêmica", o que em muitos ambientes equivale a uma acusação de irrelevância. O preconceito soma-se à conhecida pergunta, "o senhor trabalha ou só dá aulas?" e reflete o baixo prestígio das atividades de pesquisa e ensino na sociedade e o que Kristof denomina de anti-intelectualismo da vida americana. De fato, a ojeriza ou simples

preguiça em relação à vida inteligente é um fenômeno também presente em muitas outras áreas do planeta. Nos tristes trópicos, grassa há tempos um verdadeiro culto do que é rasteiro, ligeiro, baixo e vulgar. O fenômeno afeta as falas, as letras, as telas e as paisagens. Está presente nas atitudes e nos comportamentos. Para parte considerável da população, em todos os estratos econômicos, pensar dói.

Entretanto, observa o colunista do NYT, o problema não é que o país tenha marginalizado seus pensadores, mas que eles marginalizaram a si mesmos, isolando-se nas torres de marfim das universidades, especializando-se em filigranas e tornando sua linguagem cada vez menos acessível ao público. O resultado é o isolamento dos pensadores da vida pública, criando um vazio que é frequentemente preenchido por oportunistas e pseudointelectuais de pena afiada e garganta acelerada.

Kristof argumenta que uma das raízes do problema são os progra-



mas de doutorado, que glorificam o hermetismo e desdenham a audiência e o impacto na sociedade. O sistema se reproduz de geração para geração de pesquisadores, que são condicionados pela orientação para publicações e pelo sistema de promoção e carreira. Durante os anos mais produtivos de suas vidas, acadêmicos dirigem seu foco e energia ao desenvolvimento de artigos para revistas científicas ultraespecializadas. Os que "perdem seu tempo" com livros e com artigos de disseminação, escritos para a "plebe", são olhados com desdém. O sistema também cuida de expelir os rebeldes, que não se conformam com a burocracia acadêmica.

Com isso, multiplicaram-se os

periódicos científicos, muitas deles com mais autores do que leitores. Ao lidar, durante anos, com uma audiência reduzida e especializada, os pensadores abdicam da possibilidade de comunicar suas ideias a um público maior e perdem a capacidade de analisar questões mais amplas, de interesse social.

A escolha de temas para pesquisa, em muitas áreas, tem pouca ou nenhuma relação com o que é relevante para a sociedade. Orienta-se, frequentemente, pelas preferências pessoais e afinidades do pesquisador, e por suas estratégias de publicação. Pesquisa-se o que pode ser mais fácil de ver no prelo e não o que importa para o mundo ao redor.

Do outro lado do Atlântico, a re-

vista britânica The Economist trouxe na coluna Schumpeter, de 8 de fevereiro, um texto sob o provocativo título: "Quem não sabe, ensina". O autor observa que as escolas de negócios foram capturadas pelo corporativismo acadêmico e se tornaram bandeiras de conveniência para acadêmicos. Eles dedicam sua existência à publicação de artigos sem valor real, em periódicos obscuros, que nunca serão lidos por executivos. Firms no comando de suas instituições, ocupam postos relevantes, defendem seus interesses e impedem as mudanças necessárias. Talvez não seja muito diferente em outros campos do conhecimento, mas é caso paradoxal. Afinal, a Administração é uma ciência social aplicada.

Kristof mostra-se triste com a situação, declarando sua admiração pela sabedoria encontrada nos campi universitários. O jornalista estudou em Harvard e Oxford. Deve-se lamentar que, com todos os recursos de que dispõem, acesso a informação, conhecimento e legitimidade, professores não ocupem um espaço maior nos debates contemporâneos. Todos perdemos.

Thomaz Wood Jr. é professor titular da Fundação Getúlio Vargas e colunista da Carta Capital. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartacapital.com.br>.

CCAM completa sete meses e aponta conquistas no combate ao assédio moral dentro da Ufam

Fundada em setembro de 2013 com o objetivo de enfrentar a prática de condutas abusivas contra servidores e estudantes da Instituição, a Comissão de Combate ao Assédio Moral (CCAM) na Uni-

versidade Federal do Amazonas (Ufam) completou, no último dia 11 de abril, sete meses de atuação. Segundo os docentes e membros da Comissão, Izabel Heckmann e José Ribamar Mitoso, a CCAM, que atua

em três frentes distintas e complementares, apesar do pouco tempo de existência, já apresenta conquistas significativas. Confira a entrevista concedida pelos docentes.

Qual o balanço das atividades realizadas até agora?

Levando em conta o pouco espaço de tempo, consideramos que nossas atividades tiveram um balanço positivo, avançamos muito cumprindo uma agenda de diálogo com várias instituições protetoras da cidadania, saúde, pesquisas e começamos a receber os primeiros apoios institucionais que nos permitem dar prosseguimento às estratégias de combate a condutas abusivas praticadas contra servidores e estudantes da universidade.

Quais conquistas a CCAM já obteve neste curto tempo de existência?

A primeira conquista ocorreu na criação da Comissão em 11 de setembro de 2013, quando a comissão obteve o apoio da ADUA, que tem se demonstrado favorável às nossas ações, sempre visando o bem estar do servidor. Dado o primeiro passo, nossas conquistas seguem nas três frentes de ações propostas. Das questões de direitos, obtivemos o apoio do Ministério Público Federal. Em novembro de 2013, a comissão foi recebida pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Patrick Menezes Colares, que ressaltou que cabe ao Ministério Público combater qualquer tipo de tentativa de negação de direitos assegurados pela Constituição Federal e por outras leis federais e afirmou que o MPF/AM se prontifica a receber e acompanhar, junto à instituição, o tratamento dispensado aos casos de Assédio Moral. Outro avanço significativo quanto as questões de direito, veio através do Conselho de Direitos Humanos do Senado (CDH) que recebeu a uma das denúncias solicitando providências do Ministério da Educação que por sua vez solicitou respostas da UFAM, esta instaurou Procedimento Administrativo Disciplina, o qual encontra-se em andamento. O Ministério da Educação também recebeu um segundo caso e solicitou resposta da UFAM para responder a denúncia. E agora o apoio da Defensoria Pública da União, que respondeu nossa solicitação e prontificou-se a nos receber para discutir com a Comissão a busca de uma solução viável para os problemas enfrentados pelos assediados. Nas questões de saúde, conseguimos o apoio da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Amazonas, que coordena os CAPs. No órgão, reunimos com o setor de assistência social e com o setor de terapia. O órgão se prontificou a receber todos os professores que necessitem de atendimento psicossocial, os quais serão acompanhados pelo Comitê, bastando que entrem em contato com a comissão, demonstrando seu interesse pelo aten-

dimento. Nas questões de pesquisas, obtivemos o apoio da Rede Nacional de Combate ao Assédio Moral, coordenado pela Profa. Margarida Barreto (referencia em estudos sobre o Assédio Moral), associação de servidores da UFPR, Núcleo de pesquisas Assédio Moral (USP Ribeirão Preto) e a Asociación por la Dignidad en el Trabajo y en la Escuela - ADTE.

No ato da criação, a Comissão tinha a proposta de atuar em três frentes de ação distintas, mas complementares: registro e cobrança de providências nas instâncias competentes; estudo sobre o Assédio Moral na universidade; e encaminhamento dos assediados às entidades de apoio psicossocial do CAPs. Quais dificuldades a CCAM vem enfrentando para cumprir estas metas?

Esse processo, na sua avaliação, passa por uma fase de 'intensificação' no atual governo?

A respeito do registro dos casos de Assédio Moral, a maior dificuldade está sendo conseguir documentar os casos. Obter documentos que comprovem o Assédio Moral junto à universidade não tem sido fácil. Um caminho que a comissão encontrou foi orientar aos assediados que utilizem a Lei de Acesso a Informação, via portal SIC, o que facilitou em parte o acesso. Também recomendando as orientações da LEI Nº 9.784/99, que determina o prazo para conclusão dos processos administrativos. Outra forma de documentar é obter a solidariedade de colegas que presenciaram o assédio, o que não é fácil também pois as testemunhas nem sempre aceitam depor por medo de serem os próximos assediados. Uma prova lícita e inconstável são as gravações de conversas entre assediado e assediadores, este tipo de prova é recomendada pela Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Quanto à cobrança de providências nas instâncias competentes, um primeiro contato foi feito, entretanto esta fase esta chegando agora, pois estamos em fase final da elaboração da documentação. Embora não tenhamos ainda criado o Grupo de Pesquisas sobre Assédio Moral, pesquisas visando compreender o fenômeno em seus aspectos de adoecimento e jurídico estão sendo realizados pelos assediados individualmente. O encaminhamento para o CAPs tem sido feito em forma de recomendações direta aos assediados, pois muitos dos colegas estão em acompanhamento psiquiátrico e psicológico. Entretanto, nem sempre tem surtido o devido efeito, em vista de que o tratamento está sendo realizado, porém



o assédio moral continua na maioria das vezes sem respostas, prejudica o tratamento psiquiátrico e psicológico.

Novas denúncias de casos de assédio moral chegaram a Comissão através dos canais disponibilizados? Quantas?

Diversas denúncias chegaram à Comissão provenientes de todos os seguimentos da comunidade acadêmica. Não podemos informar ainda números, por duas questões: primeiro por conta da seriedade do que significa uma denúncia, não basta somente chegar e reclamar, muitos chegam chorando, entristecidos relatam histórias características de Assédio Moral, porém sem documentos. Noutros casos, os servidores estão tão adoecidos que não conseguem organizar sua documentação.

Como a CCAM avalia o comportamento da administração superior em relação às atividades desenvolvidas pela Comissão de Assédio Moral?

A respeito dos casos de Assédio Moral percebemos dois lados. O lado positivo veio após três anos e dez meses de espera, depois de comprometer-se junto ao MEC, a Universidade instituiu um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar a denúncia de três docentes, cujo resultado estamos aguardando e esperamos que a comissão de PAD seja justa. O lado negativo continua sendo a falta de apuração. Em alguns eventos percebemos uma certa dificuldade em identificar nos atos da administração a preocupação em apurar os casos de assédio moral, diante da recomendação de arquivamento de alguns processos e também em falas da administração como visto na nota de esclarecimento emitida pela Reitoria onde diz "suposta prática de assédio moral no âmbito da Reito-

Professores: Izabel Heckmann e José Ribamar Mitoso

Formação: Membros da Comissão de Combate ao Assédio Moral (CCAM) na Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

ria, a direção da Ufam enviou Ofício ao Procurador da República". Ocorre que ninguém quer atingir a instituição. Na Universidade, o combate ao Assédio Moral, deveria ser uma das metas da administração superior da UFAM, inclusive isso foi promessa de campanha da atual Reitora, logo deveríamos entender que estamos do mesmo lado, nenhum documento entregue ao Ministério Público Federal ou a qualquer outro órgão é desconhecido pela Universidade. Outro evento que nos leva a este entendimento foi o encaminhamento de servidores que receberam ofício com a confirmação de audiência da Defensoria Pública da União com a comissão de Combate ao Assédio Moral na UFAM, os quais não informaram a nenhum dos membros da comissão, porém num gesto estranho, foram à reunião para tratar das questões elencadas pela comissão, mas em nenhum momento comprometeram-se a dar uma solução aos casos denunciados.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 03/02/2014 a 28/02/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	62.406,05	62.466,76	100,00%
1.1	RECEITAS	62.406,05	62.466,76	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	62.146,90	62.282,50	99,71%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	191,85	178,81	0,29%
1.1.3	Receitas com Reprografia	67,30	5,45	0,01%
2	SAÍDAS	60.470,18	69.461,24	100,00%
2.1	PESSOAL	11.587,91	11.926,12	17,17%
2.1.1	Salários	9.560,24	9.714,12	13,99%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.027,67	2.212,00	3,18%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.617,02	5.597,77	8,06%
2.2.1	Contribuição INSS	4.148,45	4.163,36	5,99%
2.2.2	Contribuição FGTS	973,38	945,08	1,36%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	121,67	118,14	0,17%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	373,52	371,19	0,53%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.937,00	7.075,00	10,19%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.167,00	1.485,00	2,14%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,15%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,16%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	210,00	440,00	0,63%
2.3.5	Serviços Administrativos	-	1.450,00	2,09%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.260,00	1.400,00	2,02%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	2.918,35	2.491,83	3,59%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	210,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Home Page	210,35	203,83	0,29%
2.4.3	Serviços de Dedetização	-	840,00	1,21%
2.4.4	Serviços de Buffet e Eventos	1.050,00	-	0,00%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,08%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.519,91	16.588,89	23,88%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	12.319,32	14.383,48	20,71%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	229,50	230,00	0,33%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	492,77	493,85	0,71%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.478,32	1.481,56	2,13%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	16.004,84	18.174,26	26,16%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres - (Congresso Andes)	10.607,84	3.576,16	5,15%
2.6.2	Despesas com Hospedagens - (Congresso Andes)	5.157,00	5.708,10	8,22%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação) - (Congresso Andes)	240,00	8.890,00	12,80%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.989,69	4.840,01	6,97%
2.8.1	Telefone	724,69	457,86	0,66%
2.8.2	Correios/Malotes	301,72	936,37	1,35%
2.8.3	Combustível	290,00	250,00	0,36%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	80,00	145,00	0,21%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	320,00	-	0,00%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	543,37	844,62	1,22%
2.8.7	Refeições e Lanches	322,61	631,40	0,91%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	705,59	367,60	0,53%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	701,71	1.207,16	1,74%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	850,00	2.718,08	3,91%
2.7.1	Aquis.Equipamento de Filmagens(Notebook/Camera)	850,00	-	0,00%
2.7.2	Aquis.Roupeiro/Poltrona e Persiana	-	2.718,08	3,91%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	45,46	49,28	0,07%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	45,46	49,28	0,07%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		196.213,57	2.296,66	
AJUSTE DE SALDO PELO FECHAMENTO BALANÇO/2013		(195.852,78)	-	
RECEITAS		62.406,05	62.466,76	
DESPEASAS		(60.470,18)	(69.461,24)	
RESULTADO OPERACIONAL		2.296,66	(4.697,82)	
Banco do Brasil S/A C/C		125.184,66	118.381,65	
Aplicação Banco do Brasil		28.417,92	28.596,73	
CAIXA		380,58	10,30	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		153.983,16	146.988,68	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 03/03/2014 a 31/03/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	62.466,76	66.726,60	100,00%
1.1	RECEITAS	62.466,76	66.726,60	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	62.282,50	66.525,10	99,70%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	178,81	177,90	0,27%
1.1.3	Receitas com Reprografia	5,45	23,60	0,04%
2	SAÍDAS	69.461,24	52.467,50	100,00%
2.1	PESSOAL	11.926,12	11.723,27	22,34%
2.1.1	Salários	9.714,12	9.234,77	17,60%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.488,50	4,74%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.597,77	5.451,93	10,39%
2.2.1	Contribuição INSS	4.163,36	3.968,75	7,56%
2.2.2	Contribuição FGTS	945,08	900,58	1,72%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	118,14	112,57	0,21%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	371,19	470,03	0,90%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	7.075,00	4.881,30	9,31%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.485,00	1.206,00	2,30%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,52%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,86%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	440,00	310,00	0,59%
2.3.5	Serviços Administrativos	1.450,00	165,30	0,32%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.400,00	900,00	1,72%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	2.491,83	8.451,83	16,11%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	-	1.820,00	3,47%
2.4.2	Serviços Graficos	-	3.300,00	6,29%
2.4.3	Manutenção de Ar Condicionado	-	780,00	1,49%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	203,83	203,83	0,39%
2.4.5	Serviços de Dedetização	840,00	-	0,00%
2.4.6	Serviços de Buffet e Eventos	-	900,00	1,72%
2.4.7	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,76%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	16.588,89	15.548,68	29,63%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	14.383,48	13.205,76	25,17%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,00	230,00	0,44%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	493,85	528,23	1,01%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.481,56	1.584,69	3,02%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	18.174,26	2.101,32	4,00%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	3.576,16	1.557,62	2,97%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	5.708,10	183,70	0,35%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	8.890,00	360,00	0,69%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.840,01	4.223,53	8,05%
2.8.1	Telefone	457,86	629,45	1,20%
2.8.2	Correios/Malotes	936,37	1.174,00	2,24%
2.8.3	Combustível	250,00	340,00	0,65%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	145,00	-	0,00%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	-	276,00	0,53%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	844,62	854,46	1,63%
2.8.7	Refeições e Lanches	631,40	246,74	0,47%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	367,60	64,00	0,12%
2.8.9	Despesas com Eleições	-	500,00	0,95%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	1.207,16	138,88	0,26%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.718,08	-	0,00%
2.7.1	Aquis.Roupeiro/Poltrona e Persiana	2.718,08	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	49,28	85,64	0,16%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	49,28	85,64	0,16%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(4.697,82)	(11.692,30)	
RECEITAS		62.466,76	66.726,60	
DESPEASAS		(69.461,24)	(52.467,50)	
RESULTADO OPERACIONAL		(11.692,30)	2.566,80	
Banco do Brasil S/A C/C		118.381,65	129.818,13	
Aplicação Banco do Brasil		28.596,73	28.774,63	
CAIXA		10,30	2.378,52	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		146.988,68	160.971,28	

Documentários

MEPR retrata em semana audiovisual crimes praticados durante a Ditadura Militar

“A própria implantação da Zona Franca, um processo ambientalmente danoso, teve como caráter a necessidade de colonização da região”, afirmou Souza

O Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) promoveu, de 24 a 28 de março, no auditório da Adua, a exibição de uma rodada de documentários retratando os crimes praticados durante a Ditadura Militar e as atuais ações do Estado na repressão aos movimentos populares.

Segundo o membro do MEPR e estudante do curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Eli Souza, a atividade teve o objetivo de refletir sobre os 50 anos do golpe militar de 1964, que apesar da opinião contrária de uma parcela da sociedade, também impactou o cenário local.



No total, quatro documentários foram expostos, além de relatos e casos atuais

“Neste ano, faz 50 anos que o regime militar assumiu o poder e uma parte da sociedade, além de considerar o evento como uma revolução, teima em dizer que o Amazonas ficou de fora da ditadura. Isso não é verdade. A própria implantação da Zona Franca, um pro-

cesso danoso ambientalmente, teve como caráter a necessidade de colonização da região”, criticou.

Programação

Iniciada no dia 24 de março, a programação exibiu o documentário Cida-

dão Boilesen, revelando a ligação política e econômica entre empresários e militares no combate à luta armada durante o regime militar brasileiro.

Integraram a lista ainda os documentários “Cabra marcado para morrer”, que retrata o contexto das ligas camponesas e o trabalho no campo; “Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos da ditadura”; Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, autor do livro “Memórias de uma guerra suja”; e ainda produções sobre a violência nos dias atuais, entre os casos o do adolescente baleado a queima roupa por Policiais Militares, na periferia de Manaus, em 2011.

Após as exposições, depoimentos foram expostos aos presentes e no último dia da atividade, fechando o ciclo, um debate sobre a violência do Estado ontem e hoje foi realizado. “O debate ocorreu no âmbito da inexistência da redemocratização, pois o que houve foi apenas uma transferência de poder. Pouquíssimas variações ocorreram de fato no país, a não ser algumas bem pontuais”, destacou Souza.

Vale a pena ver

Toni Venturi
Título Original: *Cabra Cega*
Gênero: Drama
País de Origem: Brasil
Ano: 2005

Luz! Uma claridade que ofusca os olhos e traz o período obscuro da história brasileira à consciência de cada espectador. As vendas não se limitam aos olhos, a brincadeira infantil amadurece nos corpos dos personagens. Os presentes são contagiados pela dor logo nas primeiras imagens e verificam, no esconderijo de algumas percepções, que as principais amarras são as construídas pelo medo. A resistência nos cárceres da ditadura, aniquilada nos porões da alienação e do esquecimento...

Reforma ou revolução? O diálogo entre o militante ferido (Tiago) e o arquiteto simpaticante pela causa (Pedro) abre a janela para a necessária análise do contexto histórico, dos ideais sociais e das formas de implementação da possibilidade entre a utopia e o conformismo. Para a compreensão da história, é necessário senti-la com dor, perceber que a reprodução dos fatos muitas vezes remete ao esquecimento os sujeitos de transformação que não se deixaram atar pelas mordidas da época.

Grandes silêncios pautados por um relógio impiedoso. Um tic-tac que marca o tempo da ficção na contemporaneidade do tempo de todos os reais sobreviventes.

Cabra-cega é um foco de luz. Narra a trajetória de um militante, o idealismo exacerbado que muitas vezes beira à paranóia, a necessidade de lutar contra as imposições e a consciência construída na leitura

histórica e filosófica das sociedades. Depois de quase enlouquecer entre as quatro paredes de um apartamento, Tiago (Leonardo Medeiros) é levado à cobertura do prédio na clandestinidade e novamente percebe o mundo em movimento, passa as mãos pelos contornos da cidade distante, parece acariciá-la, ao tempo em que compreende a indiferença das grandes massas pela sua luta. Será que sabem de nossa luta por eles?

A militante Rosa (Débora Duboc), sua interlocutora com o mundo, desnuda a fragilidade do militante quando constata a solidão como causa da morte da vizinha, mãe de uma vítima da guerra civil espanhola, e questiona a extensão do conflito interior dos indivíduos. Como pode o homem liderar a revolução se não consegue compreender a solidão de cada um? Como pode buscar preencher a sociedade se não consegue reconhecer as ausências em sua imagem refletida?

O corpo ensanguentado do experiente militante Mateus (Jonas Bloch), exposto na rua sob os olhares de uma multidão amedrontada, a divulgação da morte de Lamarca e a traição de um jovem militante após ser torturado poderiam ser motivos para a renúncia dos combatentes encurralados, contudo, são elementos que abrem uma nova janela para os personagens, agora com o engajamento de Pedro (Michel Bercovitch), armados para uma claridade ofuscante.

Helena Sut é escritora. Leia o artigo em <http://www.cartamaior.com.br>.



Vale a pena ler

Livro: O Cemitério de Praga
Editora: Record
Autor: Umberto Eco
Nº de páginas: 480
Valor: R\$ 44,90

Não sou de ler os livros que costumam figurar na lista dos mais vendidos, mas confesso que o título do último romance de Umberto Eco despertou a minha atenção. Por ser descendente de tchecos, tudo que diz respeito a esse país da Europa Central me aguça a curiosidade.

Umberto Eco é um erudito e parte de seus livros, tal como ocorre com seu romance de maior sucesso – O Nome da Rosa –, nos remete há tempos antigos, sem a tecnologia de celulares, sensores de presença, GPS, armas automáticas ou internet. Dentro desse contexto, O Cemitério de Praga conduz o leitor a um passeio pelo período oitocentista, onde o protagonista principal, o único que realmente não existiu, de nome Simone Simonini, interage com figuras do calibre de Dumas e Freud.

Ainda que o início do livro possa parecer até certo ponto entediante, é necessário para a compreensão da história e a fantástica construção do personagem de Simone Simonini. É no começo da obra que o autor lança impressões sobre os jesuítas, os maços e os judeus, categorias essas que terão papel fundamental no decorrer da trama e no desenrolar dos acontecimentos. Simone Simonini é quem mais desperta a atenção e sua trajetória é contada na forma de um diário, através de notas lançadas por ele e pelo misterioso abade Dalla Piccola, cuja existência é colocada em dúvida pelo “Narrador”, que

em diversos capítulos nos relata acontecimentos que se passaram e que foram relatados por Simone Simonini e Dalla Piccola (duas pessoas ou uma só?) no mesmo diário.

Como se pode perceber, a trama criada por Umberto Eco nos envolve de tal maneira que fica difícil largar o livro sem saciar a curiosidade do que está por vir.

Apenas para que o leitor dessa resenha despretenhosa tenha vontade de se aventurar pelas páginas do romance, posso adiantar que durante a trama Simone Simonini, mestre em falsificação de documentos e perito em reproduzir a grafia de terceiros, envolve-se em diversos complôs envolvendo judeus e maçons, conversões religiosas, conspirações, rituais satanistas, mortes, explosões, entre outros eventos, tudo movido por dinheiro e a base de informações falsas e inventadas por solicitação daqueles que buscam o controle de tudo e todos.

Já quanto ao Cemitério de Praga, basta informar que “graças a certas gravuras mais imaginativas que o retratavam à luz da lua, logo me pareceu claro o partido que eu podia tirar de uma atmosfera de sabá, se, entre aquelas que pareciam lajes de um pavimento soerguidas em todos os sentidos por um abalo telúrico, se dispusessem, curvados, encapitados e encapuzados...”.

Cristian Luis Hruschka é jornalista, doutor em Comunicação e Semiótica. Leia o artigo na íntegra no blog <http://resenhas-literarias.blogspot.com.br>.



Dicas da web

Aplicativo melhora desempenho de concurseiros

O M-learning (play.google.com/store/apps), é uma plataforma de estudos móvel destinada a ajudar na preparação de candidatos e ampliar as ferramentas de educação independente do horário e local do estudante. Composto por vídeo aulas, e-books e mais de 30 mil questões de simulados, o app, oferta, no total, 12 disciplinas, com aulas ministradas por experientes professores, como Sérgio Nogueira, Mônica Lungov e Marco Miguel. Por meio dos testes, o aplicativo identifica as dificuldades dos



alunos e propõe exercícios específicos de acordo com a necessidade de cada um. A plataforma conta, ainda, com um calendário de concursos nacionais confirmados, além de editais e notícias diárias sobre o mercado nacional de concursos. Disponível para as plataformas Android e iOS, o download do aplicativo é gratuito.

Aplicativo organiza contas bancárias

O Organizze (www.organizze.com.br/pessoal/recursos) propõe ao usuário assumir o controle do próprio dinheiro. Utilizando a ferramenta o indivíduo tem acesso a conteúdos sobre economia doméstica e finanças pessoais. Para ter acesso ao site e começar a utilizar a ferramenta, é necessária a criação de uma conta, informando dados básicos como: nome, e-mail e senha. Para quem não tem tempo a perder, o aplicativo apresenta ainda a versão mobile



através de um programa navegador e acesso à internet.

Comentários

Marcos Prata Bentes

Pena que não estarei à frente da luta, ao lado dos meus velhos companheiros de luta, junto aos quais muito aprendi e a cujas pessoas dispenso todo meu respeito. (sobre a greve dos técnico-administrativos da Ufam)



Claudio Gois

Neste momento é fundamental a unidade dos trabalhadores, boas lutas, e rumo vitória! (sobre a continuidade do movimento paredista dos servidores da Ufam)



Evandro Ribeiro

Total e irrestrito apoio. A causa é justa e legal! (sobre a greve dos técnico-administrativos da Ufam)



Jose Ribamar Mitoso

Agradecemos à Defensoria Pública da União pela elegância e pela gentileza de nos informar. Isto demonstra compreensão sobre o fenômeno Assédio Moral nas Instituições Públicas e sobre sua repercussão na saúde e na vida dos trabalhadores assediados. De igual modo, devemos responsabilizar todo servidor ou servidora pública que tenha renegado seu julgamento de servir e contribua para o agravamento do quadro de saúde dos assediados em tratamento. Esta lógica perversa do mercado dentro das instituições públicas será derrotada! (sobre nota oficial publicada pela presidente da CCA envolvendo chamamento feito pela DPU)



boas lições



STJ mantém titularidade de área de Balbina a índios Waimiri-Atroari

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, a sentença em que a Justiça Federal no Amazonas reconheceu que uma parcela das terras desapropriadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina pertencem aos índios Waimiri-Atroari.

A área fica às margens do Rio Uatumã, em Presidente Figueiredo, e foi desapropriada na segunda metade da década de 1980, por solicitação da empresa estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Atualmente, Balbina é operada pela Amazonas Energia, uma subsidiária da Eletrobras.

A disputa judicial envolve de um lado a empresa Serragro Indústria, Comércio e Reflorestamento e, de outro, os Waimiri-Atroari, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a União, o Ministério Público Federal (MPF) e a própria Eletronorte que, ao propor a desapropriação da área em 1986, não apontou

eventuais proprietários ou possuidores para serem indenizados. Representantes da Serragro alegam que a empresa é legítima dona da área, recebida mediante doação do Governo do Amazonas.

A Serragro foi à Justiça cobrar o direito de receber a indenização devida pelas terras, mas a juíza da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, Jaiza Maria Pinto Fraxe, entendeu que as "terras eram ocupadas originalmente por índios Waimiri-Atroari e que, portanto, o título de propriedade apresentado pela empresa não tinha valor legal, pois o Governo do Amazonas teria doado um imóvel que não lhe pertencia".

A juíza também declarou que a comunidade indígena seria a única beneficiária da eventual compensação financeira e que a área em disputa deveria voltar a ser declarada bem patrimonial da União, de usufruto indígena, conforme estabelece

a Constituição Federal.

Posteriormente, a sentença foi anulada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Ao analisar um recurso ajuizado pela Serragro, o TRF1 determinou que as indenizações fossem pagas à empresa. Foi então a vez do MPF, da Funai, da União e da própria Eletronorte recorrerem do acórdão, garantindo, no STJ, o reestabelecimento da decisão da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, que desconhece a legitimidade do título de propriedade concedido pelo governo estadual à Serragro.

A advogada da Serragro, Marisa Schutzer Del Nero Poletti, relativizou o alcance da decisão do STJ, alegando que a Segunda Turma do tribunal apreciou apenas a questão processual - ou seja, se os recursos apresentados pela empresa eram apropriados ao caso - e não o mérito do processo, ou seja, a titularidade da terra.